Índice

1. Introdução ..........................................................................................................................................................................................2

1.1 Ecossistemas Marinhos na Guiné-Bissau, Principais Recursos Pesqueiros Marinhos........................2-4

2. O objetivo.........................................................................................................................................5

3. Governo o plano estratégico e as partes interessadas...............................................................4

3.1 Organizações não governamentais...........................................................................................6

3.2 Parceiros estrangeriros do desenvolvimento das pescas.........................................................7

3.3 Beneficios abrangentes as comunidades...................................................................................8

3.4 Situação ou necessidades politicas.............................................................................................8

3.5 Dificuldades.......................................................................................................................................................................................8

3.6 Os principais constrangimentos que se colocam ao desenvolvimento da pesca artesanal traduzem-se em insuficiência diversas, tais como: ..........................................................................9

4. Informação e comunicação.............................................................................................................................9

5. Desafios Opotunidades.................................................................................................................10

 5.1 Desafios para implementação dos planos mestres................................................................10

5.2 Oportunidades ...............................................................................................................................................................................11

6. Os indicadores para Monotorização controle e vigilancia ou avaliação so ligada PA....12-13

Implementação das directrizes voluntarios à garantir a sustentabilidade da pesca artisanal no contexto da segurança alimentar e na erradicação da pobreza

1. Introdução

No quadro da consulta virtual promovida pelo FAO em conformidade com as reco- mendaçéoes da vigessíma nona conferência das pescas (COFI ) a FAO lançou um processo de consulta para apoiar à elaboração de um instrumento internacional para a pesca artesanal.

 Apesar de uma linha costeira de cerca de 274 km, a plataforma continental da Guiné-Bissau cobre aproximadamente 45.000 dos 150.000 km2 da sua ZEE, com baixas profundidades, fazendo dela, uma das maiores dentre os países da África Ocidental. Assim, os ecossistemas marinhos favorecem uma grande diversidade e abundância de recursos pesqueiros.

 As características da linha costeira proporcionam um elevado nível de *biodiversidade*, que a Guiné-Bissau se tem empenhado em preservar. Merecem especial destaque as áreas protegidas como o Parque Natural de Mangais do Rio Cacheu (PNTC) e o Arquipélago dos Bijagós, cujas águas têm uma elevada produtividade primária. Outras áreas como as bacias do Rio Grande de Buba, do Rio Mansoa e a bacia do Rio Tombali. Nas suas águas podem encontrar-se não apenas um grande número de peixes, crustáceos e moluscos mas igualmente de espécies marinhas cuja sobrevivência se encontra em risco (cinco espécies de tartarugas, entre as quais a verde, mamíferos marinhos, tubarões, crocodilos e mesmo hipopótamos que têm o seu habitat em águas marinhas). A Guiné-Bissau tem levado a cabo importantes esforços para proteger este ambiente costeiro altamente valioso através da criação de áreas marinhas protegidas nas quais a pesca comercial é proibida. Estes parques marinhos incluem o arquipélago dos Bijagós, Ilha do Poilão e os mangais do Rio Cacheu.

A *pesca artesanal* encontra-se concentrada nos rios e estuários ao longo da costa, com destaque para o arquipélago dos Bijagós e Cacheu, a partir de onde são explorados os recursos de tainha e ***ethmaloses*** que constituem cerca de 80% das suas capturas. A pesca artesanal possui direitos de pesca exclusivos dentro das 12 milhas náuticas, incluindo as águas entre ilhas e estuarinas.

Os *recursos pelágicos* são abundantes nas águas marítimas da Guiné-Bissau, servindo as áreas costeiras e os estuários como locais de desova e crescimento para os juvenis de muitas dessas espécies. As principais espécies pertencem às famílias dos ***Clupeidae*** (sardinhas, sardinelas), ***Carangidae*** (xaréus) e tunídeos (albacora, patudo, gaiado). Estas espécies realizam movimentos migratórios ao longo da costa oeste africana e mesmo do Oceano Atlântico (como é o caso dos tunídeos) que torna muito difícil a realização de uma estimativa do seu potencial circunscrito às águas da Guiné-Bissau. Apesar disso, várias avaliações têm situado o seu potencial anual em pelo menos 235 mil tons, das quais 110 mil tons acessíveis somente à pesca artesanal (100 mil tons de pequenos pelágicos) e as restantes 125 mil tons à pesca industrial (pelo menos 100 000 tons de pequenos pelágicos e 5 a 10 mil tons de tunídeos).

A maior parte das capturas artesanais é realizada nos períodos Abril-Junho e Outubro-Dezembro. Os resultados de inquérito socioeconómico (CIPA, 2011), as capturas estimadas foram de 21.895 toneladas. Considerando os resultados anteriores, pode-se dizer que as capturas da pesca artesanal na Guiné-Bissau variam entre 20.000 a 30.000 toneladas anual, sem contar as capturas desembarcadas e comercializadas nos países vizinhos, Senegal e Guiné-Conakry

 No Contexto da segurança alimentar e a da luta contra a pobrez

O consumo ***per capita*** do pescado nos países em desenvolvimento, incluindo a Guiné-Bissau é de 14,4 kg/ano (FAO, 2010). Para o ano 2013, prevê-se a realização de um estudo sobre o consumo do pescado, com vista a determinar o consumo *per capita* do pescado na Guiné-Bissau. Na Cidade de Bissau, o abastecimento do pescado é estimado em 21 tons /dia, das quais 60% provêm da pesca artesanal.

 As *receitas geradas pelo sector das pescas* são provenientes da venda de licenças de pesca, venda de pescado, multas de navios aprisionados e de contrapartidas financeiras no âmbito dos acordos de pesca com os parceiros da Guiné-Bissau. Estas receitas têm vindo a baixar de 19,1 milhões USD em 2003, tendo atingido uma média de 14,7 milhões USD nos últimos três anos, o que representa cerca de um terço das receitas totais do governo. Entre 1987 e 2003, os produtos da pesca exportados passaram de 17% para 0,5%, com uma ligeira recuperação em 2009, tendo atingido 3,9%, relativamente ao valor total das exportações do país.

1.1 Ecossistemas Marinhos na Guiné-Bissau, Principais Recursos Pesqueiros Marinhos

***Tabela 2 –* Potencial anual estimado dos recursos da Guiné-Bissau**

****

 ***Tabela 1 –* Potencial anual estimado dos recursos da Guiné-Bissau (2011)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Grupos de espécies** | **Biomassa real (t)** | **Potentiel exploravél (t)** |
| [Cefalópodes](file:///F%3A%5CCampanhas%20Cientificas%5CPotencial%20anual%20diferentes%20campanhas_2.xlsx) | 8308 | 3323 |
| Crustáceos | 13149 | 5260 |
| P. ósseos Demersais | 90932 | 36373 |
| Gastéropodes | 2567 | 1027 |
| Raias | 6717 | 671 |
| Requins | 4858 | 485 |
| Pelagicos | 452000 | 180000 |
| **Total** |   | **227939** |

\* Fonte: adaptado de IMROP/CIPA (2004); \*\* Fonte: SEPIA in Van Santen & al. (2003).

A pesca como fonte de de proteinas para a população na Guiné Bissau ela é uma fonte de aprovisionamento em proteina animal para a maioria da população , equelibrado desta forma a dieta alimentar e o consumo de peixe de acordo com o ministério de tutela, o conssomo de peixe no país esta estimado em 26kg /pessoa por ano e a contribuição da pesca no PIB e de 6.888 bilhões de FCFA, das quais 12.7% do PIB do sector primario e 7.1% do PIB total.

O sector das pescas está acantonado ao estádio artesanal nas ilhas dos Bijagos ou na franja costeira, apesar da abundância dos recursos halieuticos.o mesmo esta quase

Grande parte da pesca industrial é feita ao longo da costa e de forma exclusiva pelos os navios estrangeiros, isto apesar de o governo ter assumido o ssector como prioritario, na prespectiva de segurança alimentar à população e o equlibrio da Balança do pagamento.

2.O objetivo de desenvolvimento sectorial é formulado da seguinte forma:

*Aumentar a contribuição do sector das Pescas para o desenvolvimento da economia e do bem-estar nacionais com base numa exploração económica e ambientalmente sustentável dos seus recursos pesqueiros marinhos, consistindo em:*

* *Uma administração das Pescas empenhada na definição de políticas e estratégias de desenvolvimento, na regulação do sector, na promoção de um ambiente favorável ao investimento e na arbitragem.*
* *Integrada gradualmente na economia nacional a atual economia pesqueira offshore (da pesca industrial e artesanal comercial) criada através do regime de concessão de licenças de pesca, e*
* *Reforçada a contribuição da pesca artesanal para o desenvolvimento social e económico do país, através do aumento do bem-estar das populações dependentes da pesca artesanal e de uma maior participação na segurança alimentar, no quadro de um respeito da durabilidade ambiental.*

3. Governo o plano estratégico e as partes interessadas

O sector das Pescas é considerado como estratégico no plano geral de desenvolvimento do país, reforçando a sua contribuição para as receitas fiscais e as divisas da Guiné-Bissau. Por outro lado, ***é um sector importante na estratégia nacional da luta contra a pobreza e na segurança alimentar do país.***

O objetivo sectorial que a presente estratégia visa atingir encontra-se fundamentado no **Programa de Governo até 2012 e no Documento de Estratégia Nacional para Redução da Pobreza (DENARP II, 2011- 015),** adotado como plano nacional de desenvolvimento.

**Genero a sua partecipação no circuito da denamica das pescas na Guiné Bissau**

No que diz respeito a a Genero a mulheres vendedeiras estão integrado no grupo de ANAPA e elas funcionam normalmente como os homens sedo eles proprietário das pirogas e de engenhos da pescas;e também tomam parte nas comercialização dos pescados ao nivel dos mercados nacionais eaté nos mercados subregionais .

Faz falta nesta area um estudo comprovativo sobre numeros exatos dos mulheres que tomam parte nestas actibidades de comercializações dos pescadosnos mercados nacionais e nod mercados dasubregiões.

Estes esforços de desenvolvimento do sistema de MCS, como a construção de centros de vigilância e bases avançadas de fiscalização nos pontos estratégicos, nomeadamente, Bubaque, Cacheu, Cacine e Caravela, aquisição de novos meios de fiscalização, reforço das capacidades técnica, ações suportadas principalmente com fundos de Apoio de Parceria de Pesca entre o Governo da Guiné-Bissau e a União Europeia, produziram já as melhorias nas atividades de fiscalização nas águas marítimas da Guiné-Bissau.

3.1 Organizações não governamentais

Existem ainda pelo menos duas *organizações de armadores* que possuem representação em Bissau: a Associação Nacional das Empresas de Pesca Industrial (ANEP) e a Associação Nacional de Armadores da Pesca Artesanal (ANAPA).

Nesta organização estão incluindos as Mulheres vendideiras e as mulheres propritarias de pirogas e de engenhos de pescas.

Segundo a informação dada pelo do presidente de ANAPA existe no sul em Buba orgqnização das mulheres <<Bubacalhau>> em Cacine existe também organização das mulhres vendedeiras e transformadores dos pescados, em Cachéu norte do pais existe mulheres vendedeiras e tranforamdores dos pescados assim como nas ilhas principalmente em Bubaque e no capital Bissau onde existe a maior porto de desembarque dos pescados na Guiné-Bissau tem organizações de mulheres vendedeiras existe por todo o mercado nacional as mulheres que vendam peixes em condições precarias da conservação dos pescados o que não é um critério normal para a sude dos conssumidores e não é também uma segurança económica para para as vendideiras.

3.2 Parceiros estrangeriros do desenvolvimento das pescas

Várias décadas de apoio ao desenvolvimento da pesca ao nível da região proporcionam indícios da existência de uma sob-exploração de alguns dos recursos haliêuticos. Estão a ser implementados ou previstos para os próximos anos diversos projetos regionais importantes nos domínios da gestão regional de recursos (Alemanha, UE, Holanda, França e Banco Mundial), MCS (UE) e investigação (UE, GEF). Estes projetos apoiam o Plano Estratégico de Ação 2011-2015 da CSRP (PAS). Ainda neste ambito de parceria a FAO financiou o plano estratégico para o desenvolvimento do sector no ambito mundial a situação das pescas é caracterizada por uma super exploração dos recursos halieuticos e a Guiné Bissau não é a excepção embora a politica do desenvolviomento dos estados membros de UEMOA esteja confrontada com um dilema sem precedente

Também no que respeita à avaliação dos recursos haliêuticos é importante estabelecer-se uma cooperação internacional, com prioridade ao nível da sub-região e região:

* a avaliação do estado dos recursos haliêuticos através de métodos diretos, como são os acústicos e de área varrida, que vêm sendo utilizados com relativa regularidade, deveriam prosseguir pois são os únicos que, em princípio, poderão proporcionar informações de curto prazo para a gestão das principais pescarias;

* a circunstância de a Guiné-Bissau possuir recursos pelágicos importantes com umavasta distribuição regional ou mesmo oceânica, aconselha a uma regular colaboração com organizações regionais (CSRP, COPACE, COMHAFAT) e multilaterais (ICCAT).

A *curto prazo*, a prioridade deverá ser dada à renegociação dos acordos de pesca com os parceiros internacionais, incluindo países vizinho; Os acordos de pesca deverão permitir o estabelecimento de condições diferenciadas em termos de direitos de acesso e das licenças de pesca, privilegiando, conforme já referido, os armadores em função da incorporação na economia nacional, como por exemplo, através:

1. da contratação de tripulantes nacionais,
2. do pagamento de impostos locais,
3. da aquisição de bens de abastecimento e combustível,
4. da conservação de pescado, etc.

Por outro lado, deverá proceder-se a uma revisão dos projetos de desenvolvimento em curso ou já acordados para ajustar algumas componentes e o respetivo cronograma à estratégia definida para o sector.

A necessidade de alimentação é cada vez mais crescente,pelo que essas politicas deverão ter em conta não somente a necessidade de criar condições para autosuficiencia alimentar, bem como aumentar os rendimentos das populações visando reduzir a pobreza, mais também a necessidade de uma gestão racional e uma exploração duravel dos recursos marinhos.

3.3 Beneficios abrangentes as comunidades

**Alcançada uma exploração económica e ambientalmente sustentável dos recursos marinhos que contribua de forma crescente para o desenvolvimento da economia e do bem-estar nacionais.**

Em termos de beneficiários, este objetivo abrange toda a população da Guiné-Bissau, quer diretame:

* através de novas oportunidades de emprego e o aumento do abastecimento de pescado,

quer indiretamente:

* através de uma maior contribuição do sector – tanto para a pesca industrial como a artesanal
* para a melhoria das condições económicas e sociais do país em geral.

3.4 Situação ou necessidades politicas

A situação atual apresenta-se inadequada a uma viragem da política pesqueira pois os benefícios recolhidos apresentam uma evolução decrescente, embora existe, além disso, uma expectativa de que venha a ser possível inverter tal tendência. As expectativas em relação à renegociação de acordos de pesca não são otimistas pois a União Europeia, principal parceiro da Guiné-Bissau no domínio das pescas pretende reduzir os montantes de compensação e das possibilidades de pesca a frota pesqueira da comunidade nas águas jurisdicionais guineenses, alegadamente que as atividades de pesca não estarem a proporcionar resultados tão favoráveis como no passado, contrariamente aos resultados do relatório do comité científico (RGB/EU, 2011).

3.5 Dificuldades

As *atividades pós-captura* são muito restritas na Guiné-Bissau, pois, praticamente todas as embarcações de pesca desembarcam o pescado em Dakar, Abidjan e Las Palmas, o qual é posteriormente reencaminhado para os mercados da região e europeu. *Caso da pesca industria*l Esta situação resulta não apenas da pouca dimensão do mercado local mas igualmente, e em grande medida, a insuficiência na Guiné-Bissau de infraestruturas e serviços de apoio adequados para estas frotas de pesca industrial (nomeadamente, burocracia excessiva e ausência dum sistema de certificação de qualidade reconhecido internacionalmente). Para além destes aspetos, os regimes de regulamentação da pesca, fiscal (nomeadamente, a proliferação de taxas e impostos) e outros (laboral, certificação de qualidade, controlos sobre importações e cambiais) constituem fatores de desincentivo para os operadores e investidores estrangeiros.

3.6 Os principais constrangimentos que se colocam ao desenvolvimento da pesca artesanal traduzem-se em insuficiência diversas, tais como:

1. uma instabilidade institucional gera uma difícil situação económica e social entre os pescadores e suas famílias;
2. uma fraca capacidade de investimento interno no subsector com a consequente dependência do investimento externo, particularmente, por parte da cooperação internacional;

1. uma ausência de infraestruturas de base em grande parte do país (nomeadamente, vias de comunicação, serviços técnicos e comerciais, condições de isolamento de uma parte da população, eletricidade, água);
2. fracas infraestruturas de apoio à pesca (cais de pesca, câmaras de conservação, transportes em geral, etc.);
3. uma ausência de um sistema de dados estatísticos da pesca e biológicos abrangendo todo o país;
4. uma fraca implantação por parte das instituições de crédito, principalmente as ligadas ao micro crédito, nas áreas de pesca;

1. uma escassez de materiais e equipamentos de pesca no mercado nacional;
2. uma quase inexistência de capacidade de autofinanciamento por parte do sector privado;
3. um fraco desenvolvimento técnico dos operadores privados;
4. uma insuficiente capacidade da administração pública subsetorial

4. Informação e comunicação

O dos tematicos que funciona mais com grandes dificuldades é a informção e comunicação, o Ministério das pescas e dos recursos haliéuticas tem uma revista periodica denominada<<Djafal>> ele produz todas as informções ligadas as pescas tembém havia umprograma radiofonico da Pesca artesanal maisque agora nao tem uma sustentabilidade economica para sua produção. Uam informação obtida apartir do técnico da pesca artesanal o productor do programa disse que, poderá haver um apio por parte do projecto PRAO no quadro de apoio institucinal.

5. Desafios e Opotunidades

 5.1 Desafios para implementação dos planos mestres;

Os maiores desafios do ministerio identificados neste docomento são todos extraidos do plano estratégico das pescas.

* A realização da Conferência Nacional das Pescas, destinada a promover a obtenção de apoios, pressupõe uma ampla mobilização de parceiros internacionais e constitui uma prioridade a curto prazo. Deveria ser encarada, para a fase subsequente à Conferência Nacional das Pescas, a possibilidade do estabelecimento de um *fórum conjunto com os parceiros de cooperação* onde, numa base regular, se acompanhe a evolução do sector e apoie a implementação da estratégia através dos projetos de cooperação.
* Planos anuais de desenvolvimento e de gestão das pescarias deverão ser a forma de execução de planos de médio prazo ou de longo prazo, dos quais devem derivar os orçamentos anuais do sector. A harmonização final das propostas de plano e de orçamento deverá realizar-se centralmente tendo em conta os recursos disponíveis.
* A promoção do desenvolvimento da pesca artesanal*,* pela sua especificidade,merece uma reflexão cuidada para determinar como deverá ser estruturada no âmbito da administração das Pescas...

5.2 desafios para implementação dos planos Sectorias

As sub-componentes de Desenvolvimento da Pesca Artesanal são, no respetivo documento de plano, denominadas de “eixos 2 e 3”:

Reforçada institucionalmente a promoção do desenvolvimento da pesca arte;

Apoiado e promovido o sector privado, através dos seguintes resultados:

* Melhoradas as modalidades de apoio às comunidades de pesca artesanal;
* Reforçadas as capacidades das comunidades da pesca artesanal;

 Proporcionado acesso ao crédito;

Desenvolvidos os polos de desenvolvimento estruturantes, através dos seguintes resultados

* Desenvolvidos pontos de desembarque;
* Estruturadas e reforçadas as infraestruturas nos cinco polos regionais.

5.3 Oportunidades

No caso da Guiné-Bissau tem sido aventada a hipótese de criação de um Instituto de Apoio e Desenvolvimento das Pescas (IADEP). A existência de uma tal entidade poderá apresentar vantagens pois a assistência internacional ao desenvolvimento da pesca visa normalmente este subsector. A existência de um interlocutor nacional especializado poderá facilitar o diálogo e o crescimento dos apoios. Uma tal solução poderá ser aprofundada no âmbito da análise funcional, procedendo-se, na oportunidade, à uma reavaliação:

1. da localização de algumas das atribuições atualmente detidas pelo CIPA e DGP
2. da divisão atual da administração pesqueira em duas entidades (industrial e artesanal).

A população da Guiné-Bissau, a qual se espera que venha a beneficiar diretamente, de oportunidades de emprego e de uma melhoria no abastecimento de pescado e, indiretamente, de uma maior contribuição económica do sector para a melhoria geral das condições económicas e sociais.

*Ao nível do desenvolvimento institucional* é constituído pelos funcionários da administração das Pescas, em especial os seus quadros técnicos e dirigentes, na medida em que do reforço das suas capacidades técnicas e de gestão resultará um maior desenvolvimento do sector.

A*o nível do desenvolvimento da pesca artesanal* é constituído pelos pescadores artesanais em geral, integrados nas comunidades dependentes maioritariamente ou parcialmente de atividades de pesca para a sua subsistência.

6. Os indicadores para Monotorização controle e vigilancia ou avaliação so ligada PA

 Foram Identificados *ao nível da componente de Desenvolvimento da Pesca Artesanal* são os seguintes:

* Cinco polos de desenvolvimento integrado da pesca artesanal (Bubaque, Cacheu, Ondame, Bissau e Cacine) construídos e em funcionamento, com as respectivas infraestruturas e serviços públicos e privados, até ao fim da duração do plano;
* Condições higieosanitárias e normas indispensáveis para a exportação do pescado fresco criadas nos cinco polos de desenvolvimento da pesca artesanal até ao fim da duração do plano;
* 4 técnicos da DSPA formados (dois bioestatísticos e dois socio-economistas) até ao ano 2016;
* **20 Técnicos da DSPA capacitados em: Vulgarização de Novas Artes e Tecnologias de Pesca e Navegação, Leis e Regulamentos de Pesca e Sensibilização para uma exploração racional de recursos até ao ano 2015;**
* **150 Mulheres processadoras e vendedeiras de pescado capacitadas: 100 Processadoras em Manuseamento e Transformação até ao ano 2014 e 50 Vendedeiras em Conservação e Comercialização do pescado até ao ano 2014;**
* **100 Pescadores artesanais capacitados em Artes e Engenhos de Pesca, Navegação, Higiene e Segurança Marítima e Estatística até ao ano 2014.**
* 25 Inquiridores formados em Biologia e Estatística até ao ano 2014

A pricipal fonte de Conssulta é no plano estratégico das pescas 2013 à 2017 tem pouca defernça com outros planos anteriores como esta se referindo nos constrangemento mais também **ao meu ver** **devemos tomar em consederação os reecursos humanos rigorosos no sentido da volorização do plano e a sua implementação**.

**Rita Gomes Correia Funny**

**Biologa ( Investigadora do CIPA)**

**Referências principais**

* Documentos políticos do Governo:
* Programa de Governo até 2008.
* Documento de Estratégia Nacional para Redução da Pobreza 20011-015 (abreviadamente, DENARP II, 2011-015).
* *Diagnosis and emergency restructuring plan to enhance the domestic benefits of the fishing sector and its integration in the world economy*. Joint FAO/World Bank Fisheries Sector Memorandum. 2003.
* A Estratégia e o Plano de Monitoramento, Controle e Fiscalização das Pescas na Guiné-Bissau (Fevereiro, 2006).
* Plano Diretor da Pesca Industrial (1996).
* ll Enquête sur les aspects socio-économiques de la Pêche Artisanale en Guinée Bissau Javier Macías González Février 2010